

História e necessidades: a formação dos indivíduos à luz do marxismo de Herbert Marcuse

Carlos Antônio Giovinazzo Jr.
Doutor em Educação: História, Política, Sociedade (PUC/SP)
Professor de Sociologia do Centro Universitário São Camilo – São Paulo

Levantar as necessidades, as expectativas e as aspirações manifestadas pelos indivíduos, requer a análise cuidadosa daquilo que dizem a respeito de si mesmos. As expectativas, de modo geral, referem-se às esperanças de realização de determinados projetos, planos ou objetivos traçados. Podem ser produtos de situações reais nas quais os indivíduos estão envolvidos ou podem estar associadas a desejos cuja realização é possível, mas, devido à existência de obstáculos, ocorrem impedimentos de ordem prática. Já as aspirações estão relacionadas aos desejos e à busca de sua realização. A expectativa é a esperança ou a crença de que um objetivo pode ser alcançado, enquanto as aspirações implicam na transformação dos desejos em projetos pessoais ou coletivos. É evidente que tanto as expectativas como as aspirações possuem conteúdos individuais e sociais, ou seja, estão relacionadas ao desenvolvimento do Ego e às pressões sociais que cada indivíduo sofre no seu processo de formação. Contudo, é importante não perder de vista a relação existente entre desejo e pensamento. O que se quer assinalar é o papel fundamental exercido pelo desejo no desenvolvimento das faculdades humanas. Adorno, no livro *Minima Moralia*, em dois aforismos¹, defende a noção de que o desejo é o “pai” do pensamento e o prazer é anterior à consciência; por isso, é imprescindível, em um estudo que pretende focalizar o indivíduo, tendo como referência o tipo de formação que recebem, que se tome como objeto de investigação a forma como suas emoções, seus desejos e suas vontades são constituídas. Finalmente, as necessidades referem-se às carências e às exigências desenvolvidas a partir dos processos sociais. São conseqüências dos intercâmbios que cada indivíduo mantém com o meio social e natural no qual vive. Percebidas como inevitáveis, um grande esforço é empregado para que ocorra a satisfação, pois, tornam-se objetos indispensáveis. Evidentemente, não se está falando das necessidades naturais, mas daquelas produzidas na própria vida social. É possível estabelecer uma relação entre aspirações, expectativas e necessidades na medida em que os desejos e as esperanças de realização destes são tomados como carências ou como o que falta para se conseguir uma melhor adaptação ao meio, ou

¹ ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia: reflexões sobre a vida danificada*. Tradução: Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1992, p.78 e 107.

seja, quando os desejos estão orientados menos para a busca do prazer e da felicidade e mais para responder às exigências sociais que garantem a autopreservação.

As necessidades são sempre históricas, por isso, sua constituição deve ser encarada como um processo social que, evidentemente, sofre determinações da própria estrutura da sociedade. Parece não existir dúvidas sobre o fato de que o surgimento e a consolidação da sociedade burguesa ensejou o aparecimento de novas necessidades, até então, desconhecidas dos seres humanos. Aliás, o que deve preocupar, não são as novas necessidades, mas a forma como se desenvolvem e se impõem. Marx chama a atenção para o fato de que, já em sua época, estavam sendo criadas necessidades sociais que, à medida que eram satisfeitas, obstruíam, cada vez mais, o caminho dos seres humanos rumo ao “reino da liberdade”. Com a automação da produção, por meio do constante desenvolvimento da grande indústria e da maquinaria, a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias acabava sendo utilizada para a produção dos próprios meios de produção.² Essa tendência significou que os trabalhadores, ao invés de serem liberados da produção daquilo que era preciso para a sobrevivência da sociedade, de maneira que pudessem exercer outras atividades, eram e são obrigados a produzir mais e mais mercadorias (valor), assim como, os meios de trabalho (máquinas e ferramentas) necessários ao constante incremento da produtividade. Os trabalhadores continuam a produzir mais-valia e, aqueles que perdem seus empregos, perdem também os meios de subsistência. Portanto, uma grande parte dos trabalhadores é excluída dos empregos produtivos, mas não fica livre da necessidade de trabalhar.

A lógica do capital, ou seja, a constante necessidade da produção econômico-social voltar-se à criação de capital fixo - para que a extração de mais-valia seja maior e mais eficiente - e, também, de capital circulante, para que o lucro se realize, acaba por determinar o desenvolvimento de relações sociais que, em vez de libertar, escravizam ainda mais os seres humanos. As novas necessidades desenvolvidas *na* e *pela* sociedade capitalista, primeiro na sua fase concorrencial e depois na monopolista, reforçam relações e estruturas sociais de exploração e de dominação. Nesses termos:

O resultado mais próximo da maquinaria é aumentar a mais-valia e, ao mesmo tempo, a massa de produtos em que ela se representa, portanto a substância de que a classe dos capitalistas e seu cortejo se cevam, fazendo crescer essas camadas sociais. Sua riqueza crescente e a

² MARX, Karl. “Conseqüências sociais do avanço tecnológico” In: *Obras Completas*. Coleção Ciências Sociais, Série Materialismo Histórico, Vol.1, São Paulo, Edições Populares, 1980, p.57.

diminuição relativamente constante dos trabalhadores exigidos para a produção dos gêneros de primeira necessidade geram, além de novas necessidades de luxo, simultaneamente novos meios para sua satisfação. Uma parte maior do produto social transforma-se em produto excedente e uma parte maior do produto excedente é reproduzida e consumida em formas mais refinadas e mais variadas. Em outras palavras: cresce a produção do luxo.³

No entanto, não são as novas necessidades que devem ser combatidas, mas aquelas criadas pela acumulação irracional. Apesar do caráter social daquilo que é produzido, a apropriação é individual. Desse modo, a produção é organizada tendo em vista a obtenção e incremento do lucro, o que tem gerado uma situação na qual o equilíbrio é bastante precário, pois, para obter-se lucro é necessário a exploração da mão-de-obra do trabalhador, mas o aumento da produtividade se dá pela diminuição do tempo socialmente necessário para produção de mercadorias. Por outro lado, a produção está orientada para a “perpetuação da labuta” e de “formas destrutivas” da luta do homem com o homem e com a natureza, quando poderia estar voltada para a “pacificação da existência”.⁴ Isso equivale a dizer que uma necessidade só deveria ser legítima quando fosse desenvolvida a partir de decisões racionais; estas, por sua vez, somente são legítimas e tornam-se possíveis, quando toda a sociedade em questão, e cada um de seus membros são livres. Talvez os seres humanos não possam se libertar do trabalho⁵, mas podem torná-lo menos penoso; é o que demonstra o grau de desenvolvimento da produção, atingido graças à ciência e à tecnologia. Para que isto ocorra, será preciso que os homens decidam fazê-lo, enfrentando as condições sociais que impõem a submissão à ordem estabelecida como única maneira de garantir a sobrevivência e o acesso à segurança e ao conforto, isto é, são os próprios homens e mulheres vivendo em sociedade que devem tornar reais as condições que façam os indivíduos menos dependentes do trabalho; enquanto isso não ocorrer, dificilmente pode-se imaginar uma racionalidade que vislumbre um outro tipo de sociedade. Somente quando a possibilidade do tempo livre ser, realmente, algo desvinculado do trabalho e ser tempo livre não administrado, isto é, liberto das imposições da sociedade de base tecnológica e da indústria cultural, é possível falar em superação do atual estágio civilizatório. É o tempo verdadeiramente livre, ou seja, gasto em ócio e em “atividades superiores” que transforma “...aquele que dele desfruta num indivíduo diferente, e é este homem transformado que, em seguida, se apresentará no processo de

³ MARX, Karl. “Maquinaria e grande indústria” In: *O capital: crítica da economia política*. Vol.2. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2^a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.59.

⁴ MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. 5^a ed. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp.35-36.

⁵ MARX, Karl. “Conseqüências sociais do avanço tecnológico”, op. cit. p.60)

produção imediato”⁶. Nessa condição, as atividades desenvolvidas pelo homem visariam a organização racional do “reino da necessidade” e, neste caso, estariam dadas as condições para essas atividades humanas não serem mais consideradas como “labuta” (luta pela sobrevivência e imposição de sacrifícios desmesurados aos seres humanos), mas como “pacificação da existência”, para utilizar duas expressões de Marcuse⁷, esta última proposta por Marx nos *Grundrisse*.

Neste ponto, é interessante analisar as posições de Herbert Marcuse, autor que procurou mostrar que uma transformação qualitativa da sociedade, somente poderá ocorrer quando houver, também, uma transformação na base técnica e científica dessa sociedade, isto é, quando for alterado o tipo de relacionamento que os seres humanos mantêm com a natureza e, também, entre si. A “pacificação da existência”, como o autor denomina uma nova forma de relacionamento com a natureza, somente será possível quando a dominação e a escassez não mais organizarem a exploração da natureza, as necessidades, os desejos e as aspirações de homens e mulheres⁸. A transformação da base técnica e científica é necessária porque:

O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu, assim, tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem *por meio* da dominação da natureza. (...) Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas *como* tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura.

Nesse universo, a tecnologia também garante a grande racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade “técnica” de a criatura ser autônoma, de determinar a sua própria vida. Isto porque essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho.⁹

O método científico, do qual fala Marcuse, desenvolveu-se com base na quantificação e matematização da natureza e das relações sociais. Qualquer fenômeno, de acordo com tal padrão de ciência, pode e deve ser controlado para ser melhor compreendido. É claro que tal fato condiciona, não só a produção de conhecimentos, mas também, a relação entre ciência, política e sociedade. A dominação social é justificada por uma racionalidade tecnológica que orienta como devem ser os relacionamentos sociais. Ter domínio sobre o conhecimento

⁶ Idem, *ibidem*, p.46.

⁷ MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. op. cit.

⁸ Idem, *ibidem*, p.36.

⁹ Idem, *ibidem*, p.154, grifos do autor.

sistematizado e sobre a técnica implica em poder decidir o que é “melhor” para a sociedade bem como para os homens e mulheres individualmente. Como esse domínio é apropriado por poucos, os rumos de toda a sociedade são decididos por aqueles que detêm o poder político que, por sua vez, na sociedade industrial está em mãos dos “técnicos”, além, é claro, dos detentores do capital. É sempre um especialista a dar a última palavra, mesmo quando a questão é essencialmente política. Na sociedade global, os indivíduos são mantidos no seu estado de “menoridade”, para mencionar a noção de Kant sobre o processo de Esclarecimento ou Ilustração, pois são impedidos de decidir sobre os caminhos que eles próprios devem percorrer.

Lutar pela mudança na base técnica e científica não pode significar um desprezo, *a priori*, pelas conquistas realizadas pela humanidade. Os avanços tecnológicos trazem consigo a possibilidade dos indivíduos libertarem-se da imposição do trabalho (labuta) e poderem criar as condições para viver uma vida que vale a pena ser vivida, isto é, uma vida em que “...os processos tecnológicos de mecanização e padronização podem liberar energia individual para um domínio de liberdade ainda desconhecido, para além da necessidade...”¹⁰. No entanto, é importante não esquecer que a ciência e a tecnologia trazem a marca da totalidade social e das estruturas sociais predominantes. Daí, a impossibilidade de considerar neutro o que é produzido socialmente, tendo como referência, a ciência e a tecnologia. Como a racionalidade tecnológica está associada à lógica da dominação burguesa, a sociedade exige que, cada vez mais, esta racionalidade esteja a serviço da expansão do tempo de trabalho e da eliminação do tempo livre, tornando este, um tempo de lazer, de diversão e de entretenimento, enfim, um tempo administrado. Encarado dessa forma, o controle total da vida dos indivíduos impõe que se reflita a respeito do caráter e da finalidade da crescente expansão do tempo de trabalho para aqueles que continuam mantendo seus empregos. Evidentemente, a imposição de horas a mais de trabalho para as atividades produtivas significa um acréscimo, ainda mais cruel, da taxa de sobretrabalho e da extração de mais-valia. A mesma imposição ocorre, também, nas ocupações consideradas improdutivas. Sem dúvida é necessário a investigação empírica para se concluir algo sobre o significado dessa tendência de expansão do tempo de trabalho, embora desnecessário, mas é evidente que ela milita contra a possibilidade da autonomia dos trabalhadores, submetidos à formas de controle mais eficazes que foram, inclusive, interiorizadas. Quanto mais atrelado ao trabalho alienado, menos chances de

¹⁰ Idem, *ibidem*, p.24.

reflexão sobre a atividade desenvolvida. Quando não estão trabalhando resta ainda o controle do tempo livre dos trabalhadores.

O que parece claro é a “...manipulação das necessidades por interesses adquiridos”¹¹. Isso quer dizer que as necessidades humanas prevaletentes, na atual configuração social, são aquelas impostas pela lógica da dominação. Marcuse esclarece que predominam as necessidades “repressivas” ou “falsas”, ou seja, necessidades que são “...superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares”, necessidades que reprimem os seres humanos e “...perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça”¹². Mas como definir quais são as verdadeiras necessidades? Acompanhando o raciocínio de Marcuse, necessidades verdadeiras seriam aquelas que possibilitam o afloramento da liberdade, as que permitem uma organização racional do reino das necessidades para que os seres humanos possam experimentar e desfrutar do reino da liberdade¹³. O problema é que os indivíduos não possuem autonomia para decidirem por si, quais necessidades devem ou não serem satisfeitas; é preciso que os homens sejam livres para que possam decidir pela liberdade. Conforme o autor:

A questão sobre quais necessidades devam ser falsas ou verdadeiras só pode ser respondida pelos próprios indivíduos, mas apenas em última análise; isto é, se e quando eles estiverem livres para dar a sua própria resposta. Enquanto eles forem mantidos incapazes de ser autônomos, enquanto forem doutrinados e manipulados (até os seus próprios instintos) a resposta que derem a esta questão não poderá ser tomada como sua. (...) Como podem as pessoas que tenham sido objeto de dominação eficaz e produtiva criar elas próprias as condições de liberdade?¹⁴

Neste excerto está contido toda a riqueza do pensamento de Marcuse. Contém uma crítica à redução psicológica que pretende identificar as necessidades com o desenvolvimento do psiquismo, quase que isolando-o dos condicionamentos sociais. Portanto, salienta que não é uma questão de decisão e conquista individual, a liberdade é algo que diz respeito à sociedade em geral e a cada um de seus membros. Contudo, a decisão que transforma a liberdade em uma necessidade só pode ser tomada pelos próprios indivíduos, a partir da experiência social. Essa formulação expressa uma dificuldade prática que deve repercutir tanto na política como na pesquisa. No primeiro caso, diz respeito às formas de atuação, ou

¹¹ Idem, ibidem, p.25.

¹² Idem, ibidem, p.26.

¹³ Idem, ibidem, p.217.

¹⁴ Idem, ibidem, p.27.

seja, como conduzir o processo político e como constituir lideranças que não imponham, de cima para baixo, padrões de conduta, valores e objetivos. No segundo, a dificuldade refere-se à maneira como deve ser tratado aquilo que os sujeitos dizem sobre sua experiência e sobre o contexto social. É preciso redobrar a atenção, pois, a análise da empiria não pode perder de vista nem os indivíduos e nem a sociedade. O próprio Marcuse esboça uma resposta, apoiada na dialética e na visão de história defendida por Marx. A possibilidade da liberdade somente pode se efetivar quando houver consciência da necessidade de libertação, isto é, *quando e se* os indivíduos resolverem, conscientemente, satisfazer a necessidade produzida historicamente – a liberdade e seu oposto, a não-liberdade, aparecem como possibilidades históricas. A conscientização não é a única condição, mas sem ela, as outras não se efetivam. “A consciência se torna livre para a mais elevada racionalidade histórica somente na luta *contra* a sociedade estabelecida”¹⁵. É, portanto, da dialética do processo histórico que se pode encontrar as possibilidades de transcendência histórica. Baseado naquilo que a própria civilização construiu, é que se pode projetar as alternativas à ordem vigente. A noção de história apresentada por Marcuse, esclarece como o autor vislumbra as chances dos seres humanos decidirem, racional e autonomamente, o que desejam para o desenvolvimento de suas vidas e da sociedade. Tendo como referência a noção de *projeto* de Jean-Paul Sartre – noção que acentua o peso das escolhas determinadas dos indivíduos no processo de determinação histórica – Marcuse enfatiza o papel dos indivíduos no processo histórico. Os projetos são realizações humanas, são elaborados de acordo com interesses estabelecidos e a sociedade, tal como ela se encontra, é produto de um projeto vitorioso. Até mesmo os projetos “derrotados” mantêm viva “...a possibilidade de uma prática histórica qualitativamente diferente que pode destruir o arcabouço institucional existente”¹⁶. Portanto, segundo esta aceção da história, a transformação qualitativa somente pode se efetivar por meio da dialética continuidade-ruptura. A existência de um projeto alternativo não garante a sua realização, mas, este só se torna possível a partir da própria sociedade que o elaborou. Isso, nada mais é do que postular que os homens fazem sua história, mas sob determinadas condições. E estas exprimem:

- 1) as contradições específicas que se desenvolvem dentro de um sistema histórico como manifestações do conflito entre o potencial e o real; 2) os recursos materiais e intelectuais à disposição do respectivo sistema; 3) a extensão da liberdade teórica e prática compatível com o

¹⁵ Idem, ibidem, p.207, grifo do autor.

¹⁶ Idem, ibidem, p.204.

sistema. Essas condições deixam abertas possibilidades alternativas de desenvolvimento e utilização dos recursos disponíveis, possibilidades alternativas de “ganhar a vida”, de organizar a luta do homem com a natureza.¹⁷

A existência de alternativas não garante sua efetivação, porque, se esta fosse a única condição para a transformação, teríamos a não-história, ou a existência de uma necessidade histórica que estaria acima dos indivíduos, ou ainda, uma história determinista na qual a própria realidade estabelecida condicionaria sua superação. Nesse caso, não poderíamos falar em liberdade; é a totalidade social determinando o processo histórico, mas uma totalidade em que os indivíduos não se reconheceriam e que estaria, ela mesma, pré-determinada independentemente da ação humana. Diz o autor:

Nenhuma das alternativas dadas é *por si* uma negação determinada [do estabelecido] a não ser e até que seja conscientemente capturada a fim de romper o poder de condições intoleráveis e alcançar as condições mais racionais e mais lógicas possibilitadas pelas condições prevaletentes. (...) A negação prossegue em bases empíricas; é um projeto histórico dentro e além de um projeto já em andamento, e sua verdade é uma oportunidade a ser determinada em tais bases.¹⁸

A negação determinada de uma realidade estabelecida está relacionada com o projeto histórico vitorioso em realização; em certa medida, depende dele. No entanto, é importante ter alguns cuidados: se tomarmos a negação como “determinada” *strito sensu*, corre-se o risco de reafirmamos que a história está definida de antemão, isto é, que a nova realidade e a transformação histórica só ocorrem quando houver a “Necessidade”, quando as condições concretas da sociedade em questão, estiverem atravancando seu desenvolvimento. Apesar dessa concepção de história ter sua validade, pois acentua o quanto os indivíduos são determinados historicamente, não é suficiente, pois, não apanha, e não dá a devida atenção, para o peso das ações humanas. Assim, Marcuse sugere a expressão “escolha determinada” com o intuito de acentuar o quanto é possível falarmos de liberdade na história, isto é, há uma “invasão” desta na “necessidade histórica”¹⁹. Dito de outra maneira: conceber a história da óptica dialética é, antes de mais nada, vislumbrar as possibilidades dos indivíduos, conscientemente, alterarem os rumos da sociedade em que vivem. Não basta existir a “necessidade histórica” da transcendência, é preciso que aqueles que vivem e experimentam a

¹⁷ Idem, ibidem, p.207.

¹⁸ Idem, ibidem, p.208, grifo do autor.

¹⁹ Idem, ibidem, p.206.

história concretamente tenham consciência dessa possibilidade para, assim, decidirem pela realização de um projeto alternativo de sociedade. Portanto, a “dialética da negação determinada” aponta para o fato de que as escolhas, mesmo acontecendo dentro de limites e sendo condicionadas, são possíveis, pois, a consciência do processo histórico é algo que vem marcando o fenômeno humano. Quando tal consciência surge, há “liberdade” para se propor alternativas à ordem estabelecida. As escolhas são decisões históricas tomadas a partir da determinação histórica e contra ela.²⁰

Essa é uma posição distinta no âmbito do marxismo que intencionava colocar em outros termos a dialética. No lugar de uma história linear, uma sucessão de modos de produção encarada como o caminho percorrido pelas sociedades rumo ao progresso, Marcuse propunha a análise das tendências sociais predominantes para se avaliar em que medida as forças consideradas progressistas atuam para que ocorra a transformação qualitativa da sociedade. Assim, o que é colocado em questão é a própria noção *de negação da negação* entendida como superação: a negação determinada seria o desenvolvimento de forças opositoras, no interior da sociedade estabelecida, que culminariam necessariamente em uma etapa superior, ou seja, a transformação é decorrência de tendências que a própria ordem estabelecida produziu. Ora, Marcuse, tendo como referência justamente o que ele denomina de fase madura do capitalismo, questiona se o materialismo dialético não subestimou “as forças de integração e coesão”²¹ que transformam a negatividade em positividade, e esta reproduz o existente ou invés de destruí-lo. O que suscitou essa posição foi a capacidade, aparentemente ilimitada, do capitalismo revigorar-se crise após crise e, conseqüentemente, expandir e refinar suas formas de controle e repressão. Superada uma fase de dificuldades, a ordem estabelecida é reafirmada e incorpora novos adeptos e novos defensores. Esse questionamento lança dúvida sobre a possibilidade de, a partir do interior de um sistema, ocorrer a libertação. Isso porque, o materialismo dialético transformou essa possibilidade em necessidade, o que, do ponto de vista político e científico, restringe a avaliação do momento histórico e das experiências sociais vividas pelos grupos, classes e indivíduos. Para romper com a “imobilidade da dialética da negatividade”²², o autor propõe uma reelaboração teórica na qual seja levada em consideração a nova realidade global do capitalismo. Nesse sentido, é fundamental considerar seriamente aquilo que acontece *fora* do sistema, mas que guarda relação com essa nova totalidade global: a negação e a superação podem estar sendo

²⁰ Idem, *ibidem*, p.207-08)

²¹ MARCUSE, Herbert. “Sobre o conceito de negação na dialética”. In: *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Tradução: Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.163.

²² Idem, *ibidem*, p.160.

produzidas no exterior do sistema. Aqui, parece estar a marca distintiva da posição de Marcuse: a relação interior-exterior não diz respeito somente a localização geográfica. Assim:

O externo de que falo não deve ser entendido mecanicamente em sentido espacial, e sim como a diferença qualitativa que vai além das contradições existentes no interior do todo-parte antagônico, por exemplo, a contradição entre capital e trabalho, e não é redutível a essas contradições. Isto é, externo no sentido de forças sociais que representam necessidades e objetivos que estão reprimidos no todo antagônico existente, não podendo desdobrar-se²³.

O que fica evidenciado, mais uma vez, é o caráter repressivo da ordem social produzida a partir das Guerras Mundiais, embora tenha que se falar, também, em sociedade da abundância, com a produção de riqueza atingindo uma velocidade espantosa. Talvez, seja por causa desse entrelaçamento entre repressão e riqueza que Marcuse sugere que se desloque “o lugar social da negação”²⁴, pois, a oposição e as alternativas históricas poderiam surgir em realidades não dominadas pela produtividade agressiva e repressiva predominante no capitalismo maduro. Essa oportunidade, surgida em algum lugar desse sistema global, pode representar o desenvolvimento da negação contra todo o sistema.

De seu lado, Theodor Adorno propugna algo, embora diferentemente, que aponta para a mesma crítica feita por Marcuse. A direção tomada pelos movimentos sociais que tinham como objetivo, na década de 1960, a superação da ordem estabelecida, mesmo aqueles filiados ao marxismo, era considerada equivocada por esse autor, principalmente, porque assumia uma posição “idealista”. Baseados em uma interpretação que apostava no avanço das forças produtivas como a maneira de superar as relações sociais de dominação²⁵, esses movimentos não percebiam que o entrelaçamento de ambas conferia um caráter conservador à sociedade contemporânea e, também, que o próprio sujeito da transformação social não poderia ser definido de antemão. Aponta o empobrecimento da dialética e da própria experiência, quando a lógica que orienta a análise e a ação estão presas ao binômio identidade-contradição sem que seja levada em consideração a existência do distinto, do dissonante, da negatividade, enfim, da variedade qualitativa da experiência²⁶. Desse modo, parece importante destacar aquilo que é ou, pelo menos, aponta para a negação da ordem

²³ Idem, *ibidem*, p.164.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.165.

²⁵ ADORNO, Theodor W. “Capitalismo tardio ou sociedade industrial?”. In: COHN, Gabriel (Org.). *Theodor W. Adorno* (seleção de textos). 2ª ed. Tradução: Flávio R. Kothe, Aldo Onesti e Amélia Cohn. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais), 1994, pp.69-70.

²⁶ ADORNO, Theodor W. “Introducción”. In: *Dialectica negativa*. Tradução para o espanhol: José María Ripalda. Madrid: Taurus, 1975, p.14.

estabelecida, considerando as contradições sociais para além do vínculo com o que engendra essas contradições, ou seja, a totalidade social deve ser apreendida buscando-se sempre a transcendência da relação identidade-contradição.

Pode-se dizer que são nesses termos que Marcuse se apropria da noção de *projeto* de Jean-Paul Sartre. A principal preocupação desse autor é caracterizar aquilo que é a especificidade humana. Uma ação, efetivamente humana, é marcada pela superação, ou seja, os indivíduos são capazes de reelaborar aquilo que os condicionam. “O homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele...”²⁷. O projeto está relacionado com a práxis histórica, com as determinações e limitações de classe, com as perspectivas de futuro e, também, com a criatividade humana, enfim, é a “...superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade...”²⁸. A utilização da noção de projeto visa dar conta do grau de liberdade da ação humana e da possibilidade das alternativas à sociedade e às estruturas estabelecidas efetivarem-se:

...a conduta mais rudimentar deve ser determinada ao mesmo tempo em relação aos fatores reais e presentes que a condicionam e em relação a certo objeto a vir que ela tenta fazer nascer. É o que denominamos *o projeto*. Com isso definimos uma dupla relação simultânea; em relação ao dado, a *práxis* é negatividade: mas trata-se sempre da negação de uma negação; em relação ao objeto visado, ela é positividade: mas esta positividade desemboca sobre o “não-existente”, sobre o que *ainda* não *foi*. Simultaneamente fuga e salto para frente, recusa e realização, o projeto retém e revela a realidade superada, recusada pelo movimento que a supera...²⁹

A noção de projeto está fortemente relacionada com a concepção da história como sendo um “campo de possibilidades”. O que se quer enfatizar, mais uma vez, é a relação dialética existente entre liberdade e necessidade, entre determinação e criatividade. Assim como Marcuse, Sartre chama a atenção para o fato dos seres humanos serem “produtos de seu produto”³⁰. É importante destacar que, para Adorno, essa posição de Sartre e, também, de Marcuse não passa de uma recaída no idealismo. Esses autores estariam superestimando as possibilidades da ação do sujeito e absolutizando a liberdade de decisão em uma época marcada, principalmente, pela incapacidade dos indivíduos interferirem nos rumos da

²⁷ SARTRE, Jean-Paul. “Questão de Método”. In: *Os Pensadores: textos escolhidos*. Tradução: Bento Prado Jr. 3^a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, pp.151-52.

²⁸ Idem, *ibidem*, p.154.

²⁹ Idem, *ibidem*, p.152, grifos do autor.

³⁰ Idem, *ibidem*, p.152.

sociedade, devido à crescente distribuição desigual do poder.³¹ A racionalidade tecnológica que tornou possível uma concentração ainda maior do poder e conferiu anonimato a seus donos – estes, cada vez mais, também tornam-se reféns da lógica que os mantêm na posição em que se encontram – fez aumentar a impotência do indivíduo diante da totalidade social.

Outro dado fundamental: como a alienação³² não foi superada (não se está falando de abolição, pois é um momento importante para os indivíduos se diferenciarem dos outros e do mundo – natural e social – que o cerca) e como o caráter de classe dos projetos históricos persiste, os homens não se reconhecem na sua obra: a História. Mesmo na ação e na decisão que supostamente, pertencem à esfera da subjetividade, é possível detectar as imposições sociais e a persistência da não-liberdade. Portanto, não basta somente tornar todos os homens e mulheres sujeitos da história, é preciso lutar para que seja possível o reconhecimento nela, que nada mais é do que a transcendência de sua própria condição.

Se é verdade que a impotência do indivíduo diante da totalidade aumentou no capitalismo tardio, não se pode desprezar a capacidade dos homens desenvolverem uma consciência sobre si e sobre o mundo em que habitam. Mais uma vez, a transcendência depende dessa consciência, mas esta também só pode ser produzida a partir da própria atividade humana³³. As possibilidades históricas surgem na luta dos homens contra as suas “carências”³⁴ e há sempre obstáculos dificultando a atuação consciente dos indivíduos.

³¹ ADORNO, Theodor W, op. cit., 1975, p.55.

³² Pode-se falar em dois tipos de alienação. Aquela que é necessária à individuação, já que é o momento de estranhamento e de distanciamento em relação ao mundo, à sociedade e aos outros indivíduos e, uma outra, desnecessária, que impede a reconciliação do Eu com o Outro. Esta segunda está caracterizada no trabalho alienado.

³³ Outro autor, situado na mesma tradição do marxismo, assim como Marcuse e Sartre, marcada pelo esforço de crítica da vertente mecanicista do materialismo histórico e pela luta contra o fascismo e o totalitarismo, movimentos e concepções de mundo que eliminam os indivíduos do processo histórico, é o historiador inglês Edward P. Thompson. Também para ele, é importante encarar a história humana como um processo que contém uma lógica que lhe é inerente. No entanto, longe de enquadrar os acontecimentos e os fenômenos humanos em um sistema teórico pré-determinado, no qual o desenrolar da história já estaria todo inscrito, defini-la como um processo não elimina seu caráter de “acontecer inacabado e indeterminado”, ou seja, se as possibilidades surgem a partir da realidade objetiva, os desfechos de processos não devem ser apreendidos como se fossem uma seqüência linear. Sendo assim, para se desvendar a lógica deste processo, são necessárias a investigação e a análise empíricas. Quando se diz que a história é um processo, deve-se resistir a tentação de atribuir uma programação externa a ela, ou seja, os acontecimentos são produzidos por homens e mulheres vivendo em sociedade; estes são os sujeitos da história e, portanto, são eles que produzem as condições concretas em que vivem. Evidentemente, as ações dos seres humanos são condicionadas, isto é, estes agem e pensam de acordo com, e respondendo, a determinadas pressões que sofrem de situações que, muitas vezes, fogem de seu controle, mas isso não significa que exista uma força externa ou “mão invisível” que esteja determinando a história, sem a participação ativa dos indivíduos. Para Thompson, assim como para Sartre, a história é *campo de possibilidades*. Cada momento, cada situação é sempre parte de um movimento continuamente construído e, por isso, “... não deveria ser considerado como um momento congelado da intersecção de determinações múltiplas subordinadas e dominantes (...), mas como um momento de vir a ser, de possibilidades alternativas, de forças ascendentes e descendentes, de oposições e exercícios opostos (classes), de sinais bilingües.” Edward P. Thompson (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp.97, 102 e 117.

³⁴ SARTRE, Jean-Paul. “Questão de Método”, op. cit., pp.152-53.

... por mais reduzido que seja, o campo dos possíveis sempre existe e não devemos imaginá-lo, como uma zona de indeterminação, mas, ao contrário, como uma região fortemente estruturada, que depende da História inteira e que envolve suas próprias contradições. É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma possibilidade entre todas que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a História: seu projeto toma, então, uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e que engendra, influencia o curso dos acontecimentos.

É preciso, pois, conceber a possibilidade como duplamente determinada: de um lado é, no próprio coração da ação singular, a presença do futuro como *aquilo que falta* e aquilo que revela a realidade por esta ausência mesma. Do outro lado, é o futuro real e permanente que mantém e transforma incessantemente a coletividade...³⁵

Se essas possibilidades sofrem uma limitação da própria realidade objetiva que as tornou possíveis, na sociedade contemporânea, estes limites aparentam estar, constantemente, em expansão, o que, em certa medida, paralisa a atividade, especificamente humana, da superação. Apesar do predomínio dessa tendência, ainda parece ser importante não menosprezar o que os indivíduos podem realizar a partir daquilo que lhes faltam. Portanto, a questão das necessidades deve ser confrontada com a história real. Do contrário corre-se o risco de se defender algo que não faz parte das possibilidades e das alternativas que os próprios seres humanos projetaram. A história vira um processo sem sujeito.

As necessidades se desenvolvem a partir de uma dinâmica social que, na maioria das vezes, não permite a tomada de posição consciente por partes dos indivíduos. São imposições que restringem o campo de escolhas. É esta, sem dúvida, a realidade da sociedade industrial de base tecnológica. Como nossas vidas são conduzidas, independentemente da vontade de cada um, ou seja, o peso da totalidade é sempre maior e esmaga com mais e mais força a subjetividade, parece cada vez mais difícil, o vislumbre de alternativas à ordem estabelecida, que se apresenta como o ápice da civilização. Falta a compreensão de que aquilo que é imposto, é uma necessidade apenas para a conservação da dominação. As necessidades podem e devem ser analisadas em termos de verdade e falsidade, ou seja, sua validade decorre do fato de serem produzidas pelos próprios indivíduos e não impostas por interesses alheios, o que reforça a prisão dos seres humanos ao reino da necessidade. É possível afirmar que, na sociedade industrial de base tecnológica, prevalecem as falsas necessidades.

Caminhando na mesma direção, Max Horkheimer, em seu ensaio *Teoria tradicional e teoria crítica* de 1937, chama a atenção para o fato de que “...o conceito de necessidade na

³⁵ Idem, *ibidem*, p.153, grifo do autor.

teoria crítica é, ele mesmo, crítico; ele pressupõe o conceito de liberdade ainda que seja uma não existente”³⁶. Para esse autor, as necessidades decorrem da relação que os homens estabelecem com a natureza e também com os outros homens. Daí, elas só poderem ser definidas em decorrência da vontade dos indivíduos de libertarem-se das imposições e obstáculos advindos do mundo natural e social. No entanto, a sociedade de base tecnológica, apesar de todo o domínio alcançado sobre a natureza, apesar de existir a possibilidade concreta de uma vida humana livre de misérias e de escravidão, continua a valorizar e criar necessidades que limitam a capacidade de discernimento, ou seja, é cada vez mais difícil para os indivíduos distinguirem as imposições que lhes são feitas por outros homens, no interesse da perpetuação da dominação e das pressões naturais, que ainda não foram domadas e domesticadas. Assim, a exploração econômica, a dominação social, a agressividade, a injustiça, acabam sendo aceitas como dados naturais ou como dados decorrentes de uma lógica que não pode ser transformada, ainda que se tenha consciência de seu caráter social e histórico, pois os indivíduos isolados não têm poder algum contra a totalidade que os oprime. A capacidade de crítica, ou seja, a possibilidade de afirmar que a sociedade poderia ser diferente do que é, perdeu seu sentido. O progresso técnico e o desenvolvimento econômico, entendidos como um fim em si mesmo, levaram a humanidade a uma nova barbárie.³⁷ Os indivíduos aparentam ter desistido de autonomizar-se frente à sociedade; enfim, abriram mão de sua própria humanidade, apesar das possibilidades históricas.

³⁶ HORKHEIMER, Max. “Teoria tradicional e teoria crítica” In: HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor, W. *Textos escolhidos*. Tradução: Edgard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. Coleção: Os Pensadores. 5^a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.60.

³⁷ Idem, *ibidem*, p.58.